



Destaque da Semana

[Confederação patronal questiona inclusão de empresas na fase de execução de sentenças trabalhistas](#)

Supremo Tribunal Federal - 25/10/2017

A Confederação Nacional do Transporte (CNT), que representa as empresas de transporte e logística em nível nacional, ajuizou no Supremo Tribunal Federal a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 488, na qual questiona atos praticados por tribunais e juízes do trabalho que incluem, no cumprimento de sentença ou na fase de execução, pessoas físicas e jurídicas que não participaram dos processos trabalhistas sob a alegação de que fariam parte de um mesmo grupo econômico. A relatora é a ministra Rosa Weber.

A CNT sustenta que a prática, além de não estar prevista no ordenamento jurídico, restringe o direito fundamental de contraditório e de ampla defesa e ao devido processo legal para aqueles que procuram provar que não participam de grupos econômicos. “Além de os mecanismos de produção de provas e as vias processuais da fase de execução serem bastante restritos, a própria sistemática recursal trabalhista não permite que, na fase de execução, seja levada ao Tribunal Superior do Trabalho a apreciação de matérias infraconstitucionais”, argumenta.

Entre essas matérias infraconstitucionais está o conceito e definição de grupo econômico, por interpretação do artigo 2º, parágrafo 2º, da CLT. “O interessado fica restrito, no máximo, ao que entendem os Tribunais Regionais do Trabalho, sofrendo cerceamento de defesa em matéria de direito infraconstitucional e sendo subtraídos do papel unificador da Instância Superior Trabalhista”, diz a ação.

Para ler na íntegra [clique aqui](#).

[STF recebe mais uma ação contra portaria do trabalho escravo](#)

Supremo Tribunal Federal - 24/10/2017

O Supremo Tribunal Federal recebeu mais uma ação contra a Portaria 1.129/2017, do Ministério do Trabalho, que estabeleceu novos critérios para a caracterização do trabalho em condições análogas à de escravo. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5802, ajuizada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), foi distribuída, por prevenção, à ministra Rosa Weber, relatora também das Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) 489, ajuizada pela Rede Sustentabilidade, na qual foi deferida liminar para suspender a portaria, e 491, ajuizada pela Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL).

[Ministra Rosa Weber suspende efeitos de portaria ministerial sobre trabalho escravo](#)

Supremo Tribunal Federal - 24/10/2017

Liminar da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspende a Portaria 1.129/2017 do Ministério do Trabalho que altera regras de fiscalização no combate ao trabalho escravo e cria nova definição aos conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo, para, entre outros fins, a concessão de seguro desemprego.

[Ministro julga inviável reclamação contra aplicação de lei sobre terceirização](#)

Supremo Tribunal Federal - 23/10/2017

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou seguimento (julgou incabível) à Reclamação (RCL) 25621 ajuizada Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S/A (Enersul), que pretendia suspender os efeitos de decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o qual considerou ilícita a terceirização dos serviços de leiturista. Segundo o ministro, o pedido é incabível, pois o acórdão do TST se baseou unicamente em fundamentação legal infraconstitucional, o que não representa afronta ao enunciado da Súmula Vinculante (SV) 10 do STF, ao contrário do alegado pela empresa.

[Adicional de periculosidade não é devido a vigia que não porta arma de fogo](#)

Tribunal Superior do Trabalho – 27/10/2017

Um vigia da Associação das Pioneiras Sociais em Belo Horizonte não conseguiu, em recurso para o Tribunal Superior do Trabalho, o reconhecimento do direito ao adicional de periculosidade pretendido. Seu recurso não foi conhecido pela Segunda Turma do Tribunal, seguindo entendimento da Subseção I Especializada

de Dissídios Individuais (SDI-1) de que, ao contrário do vigilante, o vigia, que não porta arma de fogo, não está exposto a risco de roubo ou violência física.

[Justiça do Trabalho debate novas regras para homologação de acordos trabalhistas extrajudiciais](#)

Tribunal Superior do Trabalho – 25/10/2017

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) realizou, nesta quarta-feira (25) sua primeira audiência pública para discutir a normatização do funcionamento da jurisdição voluntária trabalhista. No encontro, idealizado pelo vice-presidente do CSJT e do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Emmanoel Pereira, ministros do TST, desembargadores e juízes do trabalho, advogados, especialistas em resolução de disputas e juristas abordaram as alterações promovidas pela Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), que entra em vigor no próximo dia 11/11, sobre os acordos trabalhistas extrajudiciais.

[Plenário do Senado Federal aprova indicação de desembargador Breno Medeiros para o TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho – 25/10/2017

O Plenário do Senado Federal aprovou nesta quarta-feira (25) a indicação do desembargador Breno Medeiros para ministro do Tribunal Superior do Trabalho, com 52 votos favoráveis, cinco contrários e uma abstenção. Ele ocupará vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do ministro Barros Levenhagen, em agosto deste ano.

[Norma Regulamentadora nº 10 é debatida em evento no Espírito Santo](#)

Ministério do Trabalho – 27/10/2017

A Fundacentro no Espírito Santo realiza na segunda-feira (30) um evento para debater a Norma Regulamentadora nº 10, que trata da segurança em eletricidade. O objetivo de apresentar e analisar os riscos no trabalho desenvolvido em salas elétricas, de automação e galerias de cabos, com destaque para a questão do arco elétrico (ou arco voltaico, ou, ainda, em termos mais populares, o curto circuito).

[Ministério do Trabalho debate aprendizagem com Sistema S](#)

Ministério do Trabalho – 25/10/2017

Discutir a qualificação de jovens, buscar melhorias e ampliar o número de vagas para jovens no mercado de trabalho. Esse foi o objetivo do encontro entre o diretor de Política de Empregabilidade do Ministério

do Trabalho, Higino Brito Vieira, as entidades que formam o Sistema S e a ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Kátia Kátia Magalhães Arruda, nesta terça (24), na sede do Ministério do Trabalho (MTb). Hoje, há cerca de 400 mil jovens aprendizes em formação técnica no Brasil.

[Em audiência na Câmara, MPT condena portaria do trabalho escravo](#)

Ministério Público do Trabalho – 27/10/2017

O Ministério Público do Trabalho (MPT) voltou a condenar, na quarta-feira (25), a Portaria nº 1.129/2017, do Ministério do Trabalho, que modifica o conceito de trabalho escravo e traz novas regras para a publicação da Lista Suja. O coordenador nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONAETE) do MPT, Tiago Muniz Cavalcanti, representou a instituição em audiência pública realizada na Câmara dos Deputados.

[Documentário “Não respire – Contém Amianto” chega a Florianópolis](#)

Ministério Público do Trabalho – 26/10/2017

O evento é uma iniciativa do Fórum Saúde e Segurança do Trabalhador no Estado de Santa Catarina – FSST/SC. A exibição realizada no dia 26/10 foi seguida de um debate entre o diretor do documentário (ONG Repórter Brasil), André Campos e especialistas no combate ao uso do minério, com destaque para a auditora fiscal Fernanda Giannasi (Ministério do Trabalho) e a procuradora do trabalho Márcia Kamei López Aliaga (MPT-SC) Gerente do Programa de Banimento do Amianto no Brasil.

[MPT pede a publicação atualizada da lista suja do trabalho escravo](#)

Ministério Público do Trabalho – 25/10/2017

O Ministério Público do Trabalho (MPT) entrou nesta quarta-feira (25) com o pedido de execução da sentença que determinou ao Ministério do Trabalho a publicação atualizada do Cadastro de Empregadores flagrados com mão de obra análoga à de escravo, conhecido como lista suja. Na ação, é pedido também que o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, e a União paguem multa de R\$ 320 mil pelo descumprimento judicial.

[Violações da reforma trabalhista é tema de audiência em comissão da OEA](#)

Ministério Público do Trabalho – 24/10/2017

O Ministério Público do Trabalho (MPT) criticou os retrocessos promovidos pela reforma trabalhista durante

audiência pública promovida pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA). A audiência ocorreu nessa segunda-feira (24) e fez parte do 165º Período de Sessões da CIDH, que acontece de 23 a 27 de outubro em Montevideu, no Uruguai.

[MPT lança campanha nacional nas redes sociais contra trabalho escravo](#)

Ministério Público do Trabalho – 23/10/2017

Condição degradante, jornada exaustiva, trabalho forçado e servidão por dívida, cada uma das características descritas no artigo 149 do Código Penal, “é trabalho escravo, sim!” – diz a campanha nacional lançada no dia 23 nas redes sociais das unidades do Ministério Público do Trabalho em todo o Brasil.

[Sinait exige respeito institucional à SIT](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – 27/10/2017

O Sinait protocolou nesta sexta-feira, 27 de outubro, no gabinete do ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, a Carta nº 305/2017, cujo objeto é a Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT como órgão de cúpula da Inspeção do Trabalho brasileira.

[Retorno das fiscalizações deve ser sob protesto, diz Sinait](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – 27/10/2017

O presidente do Sinait, Carlos Silva, esteve com os coordenadores dos grupos estaduais de fiscalização de combate ao trabalho escravo na manhã desta quinta-feira, 26 de outubro, quando fez um alerta sobre os cuidados que a categoria deve ter com a retomada das fiscalizações.

[Confederação iberoamericana ameaça denunciar interferências na Fiscalização do Trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – 27/10/2017

A Confederação Iberoamericana de Inspectores do Trabalho - CIIT encaminhou cartas ao presidente da República, Michel Temer, e ao Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, em que ameaça denunciar interferências na Auditoria-Fiscal do Trabalho a organismos internacionais.

[Trabalho escravo: Sinait quer interlocução da OIT junto ao governo federal](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – 24/10/2017

Notícias

O presidente do Sinait, Carlos Silva, cobrou da Organização Internacional do Trabalho - OIT no Brasil a interlocução do Organismo junto ao governo federal brasileiro para revogar a Portaria 1.129/17 publicada pelo Ministério do Trabalho no dia 16 de outubro. O instrumento altera o conceito de trabalho escravo e faz interferência ilegal na organização da Inspeção do Trabalho no país.

[Coetraes subscrevem Nota de repúdio à Portaria 1.129-2017](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalhos - 23/10/2017

A Diretora do Sinait, Vera Jatobá e a integrante do Comando nacional de Mobilização – CNM, Olga Machado, participaram do IV Encontro Anual das Comissões Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo – Coetraes, nos dias 19 e 20 de outubro, em São Paulo, quando foi aprovada Nota de Repúdio à Portaria 1.129/2017.

[Fantástico divulga “lista suja” escondida pelo MTb](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalhos - 23/10/2017

O Fantástico deste domingo, 22 de outubro, divulgou com exclusividade a “lista suja”, com a atualização do cadastro de empregados flagrados por mão de obra análoga à de escravo. A nova lista traz os nomes de 132 empresas que usaram mão de obra escrava em suas produções.

Atos Normativos

Não houveram atos normativos de interesse do setor publicados nesse período.



QUEIROZ NETO
ADVOCACIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL

Responsável Técnico
Dr. Clovis Veloso de Queiroz Neto
OAB-DF 14.823

(61) 98135-1818
clovis@queirozneto.adv.br
queirozneto.adv.br

(61) 3526-7707
SHVP Rua 8 Chácara 202 Casa 34
CEP: 72006-845 - Brasília-DF